

PARECER N.º 352/2003 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SOBRE A REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 611/2002

Trata-se de projeto de lei, apresentado pela nobre Vereadora Claudete Alves, que dispõe sobre a organização do quadro dos Profissionais de Educação da Prefeitura do Município de São Paulo.

Tendo recebido parecer das Comissões Reunidas de Constituição e Justiça; de Administração Pública; de Educação, Cultura e Esportes; de Saúde, Promoção Social e Trabalho e de Finanças e Orçamento que concluiu por sua legalidade e adequação ao interesse público, foi o projeto para apreciação do E. Plenário, oportunidade em que foi apresentado substitutivo ao projeto original pelo Vereador Cláudio Fonseca e pela Vereadora Claudete.

Em 2ª discussão, na 251ª Sessão Extraordinária, realizada em 1º de abril do corrente ano foi rejeitado o substitutivo apresentado pelo nobre Vereador Cláudio Fonseca e aprovado o substitutivo da nobre Vereadora Claudete, bem como as Emendas constantes de fls. 91/95. Assim sendo, o projeto foi encaminhado a esta Comissão de Constituição e Justiça para a elaboração do parecer propondo a redação final ao Substitutivo, com a incorporação das alterações decorrentes das referidas emendas.

Tendo em conta que o parágrafo único do art. 259 do Regimento Interno, permite que na elaboração da redação final seja corrigida qualquer impropriedade técnica de linguagem, procedeu-se à correção do art. 5º inserido pelo texto da 1ª Emenda, uma vez que pela técnica legislativa quando se quer alterar a redação de todo o texto de um artigo basta usar a expressão "o artigo tal passa a vigorar com a seguinte redação", desnecessário fazer uso da expressão utilizada "o artigo tal e seus parágrafos...".

Desta forma, com as modificações aprovadas pelas Emendas acima mencionadas, segue abaixo o texto com a redação final do projeto.

PROJETO DE LEI Nº 611/02

Dispõe sobre a transformação e inclusão no Quadro do Magistério Municipal, do Quadro dos Profissionais de Educação dos cargos de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, Pedagogo e Diretor de Equipamento Social, e dá outras providências.

A Câmara Municipal De São Paulo DECRETA:

Art. 1º Ficam transformados 100 (cem) cargos vagos de Diretor de Equipamento Social, do Quadro dos Profissionais da Promoção Social, organizado pela Lei nº 11.633, de 30 de agosto de 1994, em Diretor de Escola, do Quadro do Magistério Municipal, do Quadro dos Profissionais de Educação, organizado pela Lei nº 11.434, de 12 de novembro de 1993, na conformidade do Anexo I, integrante desta lei.

Parágrafo Único. A quantidade de cargos ora transformados será acrescida ao número de cargos respectivos constantes do Anexo I - Tabela B, integrante da Lei nº 11.434/93.

Art. 2º. Ficam transformados 4000 (quatro mil) cargos vagos de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, do Quadro dos Profissionais da Promoção Social, organizado pela Lei nº 11.633, de 1994, em Professor de Desenvolvimento Infantil, na conformidade do Anexo I, desta lei, que passam a integrar o Anexo I - Tabela B, da Lei nº 11.434, de 1993.

Parágrafo Único. Os cargos ora transformados passam a integrar a Classe II, da carreira do Magistério Municipal, do Quadro dos Profissionais de Educação.

Art. 3º O desempenho das atribuições dos titulares dos cargos de Professor de Desenvolvimento Infantil dar-se-á exclusivamente nos Centros de Educação Infantil, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º O provimento dos cargos de Professor de Desenvolvimento Infantil será na conformidade do Anexo I, integrante desta lei, mediante concurso público, de provas ou de provas e títulos. [D1]

Art. 5º O artigo 35 da Lei nº 11.434, de 12 de novembro de 1993, a partir de 60 (sessenta) dias da vigência desta lei, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 35 A Jornada Básica do Professor corresponde a 18 (dezoito) horas-aula e 2 (duas) horas-atividade semanais, perfazendo 120 (cento e vinte) horas-aula mensais.

§ 1º - O Professor Adjunto cumprirá a Jornada Básica do Professor prioritariamente com as aulas que lhe foram atribuídas na unidade escolar, inclusive em caráter eventual.

§ 2º - Havendo aulas remanescentes da Jornada Básica do Professor não atribuídas, o Professor Adjunto deverá cumpri-las com atividades direcionadas ao aluno, especialmente aquelas que visem assegurar a eficiência do processo pedagógico.

§ 3º - Em caso de readaptação funcional, temporária ou permanente, nos termos da legislação vigente, os ocupantes dos cargos de Professor perceberão sua remuneração de acordo com a Jornada a que estiverem submetidos no momento do evento, na seguinte conformidade:

I - Professor Titular:

a) Jornada Básica;

b) Jornada Especial Ampliada e Jornada Especial Integral.

II - Professor Adjunto:

a) Jornada Básica;

b) Jornada Especial Ampliada e Jornada Especial Integral.

§ 4º - Aplica-se o disposto no inciso I do parágrafo anterior ao Professor de Bandas e Fanfarras em restrição de função temporária ou permanente."

Art. 6º O § 2º do artigo 51, inciso VII do artigo 73, artigo 74, incisos do artigo 75 e artigo 76, todos da lei 11.434, de 12 de novembro de 1993, ficam com seus efeitos revistos em função da alteração da Jornada Básica do Professor Adjunto, na forma do artigo 5º desta Lei.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Educação estabelecerá módulo para o exercício dos Professores Adjuntos, do Quadro do Magistério Municipal, que vise à permanência destes Profissionais de Educação na unidade escolar em que já se encontrem exercendo suas funções, de forma a levá-los a participar plenamente do respectivo projeto político-pedagógico, atendidas as necessidades de regência de aulas.

Parágrafo único. O remanejamento do Professor Adjunto de uma unidade escolar para outadar-se-á:

I - por situação de excedência ao módulo vigente;

II - para regência de aulas em número superior ao atribuído na escola atual e desde que haja previsão de substituição.

Art. 8º O Professor de Desenvolvimento Infantil fica sujeito à Jornada Básica de 30 (trinta) horas de trabalho semanais - J-30.

Parágrafo único. Do total de horas previstas no caput, 3 (três) horas serão destinadas ao desenvolvimento de atividades educacionais e pedagógicas.

Art. 9º Ficam criados 400 (quatrocentos) cargos de Coordenador Pedagógico, da carreira do Magistério Municipal, do Quadro dos Profissionais de Educação.

Parágrafo Único. A quantidade de cargos ora criados será acrescida ao número de cargos respectivos constantes do Anexo I - Tabela B, integrante da Lei nº 11.434, de 1993.

Art. 10. Os cargos de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, de Pedagogo e de Diretor de Equipamento Social do Quadro dos Profissionais da Promoção Social, titularizados por servidores lotados nos Centros de Educação Infantil da rede direta, que foram transferidos da Secretaria Municipal da Assistência Social para a Secretaria Municipal da Educação por meio do Decreto nº 41.588, de 28 de dezembro de 2001, serão transformados, nos termos desta lei, em cargos de Professor de Desenvolvimento Infantil, Coordenador Pedagógico e de Diretor de Escola, respectivamente, à medida que seus titulares comprovarem possuir a habilitação exigida e o preenchimento das exigências específicas para o provimento desses cargos.

§ 1º Aos atuais titulares dos cargos mencionados no "caput" que não preencham os requisitos necessários, fica assegurada, no prazo de 6 (seis) anos a partir da data de publicação desta lei a transformação de que trata este artigo na medida em que preencherem os requisitos exigidos.

§ 2º Após o prazo estabelecido no parágrafo anterior, não apresentada a habilitação exigida:

I - os servidores que titularizam cargos de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil deverão permanecer nos Centros de Educação Infantil exercendo as atribuições inerentes aos cargos que ocupam;

II - os servidores que titularizam cargos de Diretor de Equipamento Social e de Pedagogo serão aproveitados em outros órgãos da Administração, observado o disposto no artigo 26 da Lei n.º 11.633, de 1994.

§ 3º Serão transformados em cargos da carreira do Magistério Municipal à medida em que vagarem, os cargos titularizados pelos servidores mencionados no parágrafo anterior.

§ 4º O disposto nesse artigo aplica-se também aos titulares de cargos de Diretor de Equipamento Social lotados em Centros de Educação Infantil, da Secretaria Municipal de Educação, posteriormente à edição do Decreto n.º 41.588, de 2001.[D2]

§ 5º À medida em que se operarem as transformações previstas neste artigo, a quantidade de cargos transformados será acrescida ao número de cargos respectivos, do Anexo I - Tabela B, do Quadro do Magistério Municipal, do Quadro dos Profissionais de Educação, organizado pela Lei n.º 11.434, de 12 de novembro de 1993.

Art. 11. A Secretaria Municipal de Educação deverá promover os meios necessários para a habilitação dos servidores mencionados no artigo 10 desta lei.[D3]

Art. 12. Enquanto não formalizadas as transformações previstas no artigo 10 desta lei, os cargos de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, Pedagogo e Diretor de Equipamento Social, permanecerão no Quadro dos Profissionais da Promoção Social, organizado pela Lei n.º 11.633, de 1994.

Art. 13. Os servidores que tiverem seus cargos transformados serão enquadrados nas referências do Quadro dos Profissionais de Educação, nos termos do Anexo II desta Lei, mantido o grau que detinham na situação anterior.

Art. 14. Fica instituída a Escala de Padrões de Vencimentos, para os cargos de Professor de Desenvolvimento Infantil, do Quadro do Magistério Municipal, compreendendo as referências, os graus e os valores constantes do Anexo III, integrante desta lei.

§ 1º A Escala de Padrões de Vencimentos, ora instituída, passa a integrar o Anexo II, a que se refere o artigo 6º da lei n.º 11.434, de 1993, e legislação subsequente.

§ 2º Observar-se-á, ainda, entre cada grau, no mínimo, o percentual existente na escala de padrões de Vencimentos ora instituída.

§ 3º A Escala de Padrões de Vencimentos, de que trata o "caput" deste artigo, será atualizada a partir do mês de março de 2003, de acordo com os reajustes e revalorizações concedidos aos servidores municipais, nos termos da legislação específica.

Art. 15. Decreto do Executivo fixará o número definitivo de cargos de Professor de Desenvolvimento Infantil, de Coordenador Pedagógico e de Diretor de Escola, do Quadro do Magistério Municipal, do Quadro dos Profissionais da Educação, bem como o número de cargos de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, de Pedagogo e de Diretor de Equipamento Social, do Quadro dos Profissionais da Promoção Social, após o prazo estabelecido no artigo 10 desta lei.[D4]

Art. 16. Em decorrência das transformações a serem operadas, o tempo de exercício no cargo atual será considerado como de exercício no novo cargo para todos os efeitos legais, nos termos da legislação em vigor.

Art. 17. Aplicar-se-ão aos Professores de Desenvolvimento Infantil as regras de afastamento previstas para os Profissionais de Educação do Quadro do Magistério Municipal, na conformidade da Lei n.º 11.229, de 26 de junho de 1992, e legislação subsequente.

Art. 18. Aos titulares de cargos de Professor de Desenvolvimento Infantil fica assegurada a evolução funcional por enquadramento na categoria de referência de vencimentos imediatamente superior, observadas as regras estabelecidas para os Profissionais do Quadro do Magistério Municipal, na conformidade do Anexo IV, integrante desta Lei.

Art. 19. Os titulares de cargos de Professor de Desenvolvimento Infantil poderão ser removidos de suas unidades de lotação, por permuta ou por concurso anual, mediante requerimento.

Parágrafo único. A remoção referida no "caput" deste artigo, nos Centros de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação, processar-se-á de acordo com os critérios fixados em regulamento para os Profissionais de Educação, integrantes da Carreira do Magistério Municipal.

Art. 20. Os titulares de cargos mencionados no artigo 10 desta lei, até que sejam enquadrados nos respectivos cargos da carreira do Magistério Municipal, exercerão suas atribuições nos Centros de Educação Infantil, podendo ser afastados para o exercício de cargo de provimento em comissão em unidades da Secretaria Municipal de Educação ou na Coordenadoria de Educação das Subprefeituras, desde que haja previsão de substituição.[D5]

Art. 21. As atribuições próprias do cargo de Professor de Desenvolvimento Infantil serão definidas em decreto.

Art. 22. O disposto nesta lei aplica-se no que couber aos servidores admitidos ou contratados em caráter temporário nos termos da Lei n.º 9.160, de 3 de dezembro de 1980.

Art. 23. O Executivo, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de publicação desta lei, deverá elaborar projeto de lei dispondo sobre revalorização salarial dos atuais

titulares de cargos de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil e Diretores de Equipamento Social, lotados nos Centros de Educação Infantil, assim como, sua inclusão no Quadro dos Profissionais de Educação, até que ocorra a transformação prevista no artigo 10.

Parágrafo único. Dentro do mesmo prazo estabelecido no caput deste artigo, a Administração Municipal, realizará estudos sobre a data inicial da concessão da aposentadoria especial, aos profissionais mencionados no artigo 10 desta lei. [D6]

Art. 24. O artigo 7º da Lei 13.326, de 13 de fevereiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Considera-se como período de transição o processo composto pela integração das creches e dos centros de convivência infantil ao Sistema Municipal de Ensino.

§ 1º Os Centros de Educação Infantil destinam-se ao atendimento preferencial de crianças de zero a 3 anos, 11 meses e 29 dias, podendo atender crianças de até 6 anos, 11 meses e 29 dias.

§ 2º As Escolas de Educação Infantil destinam-se ao atendimento de crianças de 4 anos completos, ou a completar, até 6 anos, 11 meses e 29 dias."

Art. 25. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, em 09/04/03.

Augusto Campos - Presidente

Antonio Paes - Barათ - Relator

Carlos Alberto Bezerra Jr.

Goulart

João Antonio

Jorge Taba

Anexo I a que se referem os artigos 1º e 2º da Lei

Quadro dos Profissionais de Educação

Cargos de Provimento Efetivo do Quadro do Magistério Municipal

Situação Atual Situação Nova

Quant. Denominação Ref. Parte Tabela Quant. Denominação Ref. Parte Tabela Forma de Provimento

4.000 Auxiliar de Desenvolvimento Infantil

Categoria 1

Categoria 2

Categoria 3

Categoria 4

QPP-1

QPP-2

QPP-3

QPP-4 PP-III 4.000

Professor de Desenvolvimento Infantil

Categoria 1

Categoria 2

Categoria 3

QPE-11

QPE-13

QPE-14 PP-III Provimento por concurso público de provas ou de provas e títulos.

Habilitação específica em nível de 2º grau ou habilitação específica em Pedagogia, correspondente a Licenciatura Plena.

Enquadramento na forma do art. 13, da Lei nº 11.229, de 26/06/1992.

Enquadramento na forma do art. 13, da Lei nº 11.229, de 26/06/1992.

Enquadramento na forma do art. 13, da Lei nº 11.229, de 26/06/1992.

100 Diretor de Equipamento Social

Categoria 1

Categoria 2

Categoria 3

Categoria 4

Categoria 5

Categoria 6

QPP-6

QPP-7

QPP-8

QPP-9

QPP-10

QPP-11 PP-II 100

Diretor de Escola QPE-17

Provimento por concurso de acesso de provas e títulos, dentre integrantes da carreira do Magistério Municipal e mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, observado o disposto no artigo 27 da Lei nº 11.434, de 12/11/1993. [D7]

Habilitação em Administração Escolar correspondente a Licenciatura Plena em Pedagogia ou complementação pedagógica ou pós graduação em educação, com experiência mínima de 03 (três) anos no Magistério.

Anexo II a que se refere o artigo 10 da Lei nº

Tabela de correspondência de referências dos atuais titulares de cargos de Diretor de Equipamento Social, Pedagogo e Auxiliar de Desenvolvimento Infantil

Situação atual Situação Nova

Diretor de Equipamento Social Diretor de Escola

QPP 6 QPE 17

QPP 7 QPE 18

QPP 8 QPE 19

QPP 9 QPE 20

QPP 10 QPE 21

QPP 11 QPE 22

Pedagogo Coordenador Pedagógico

QPP 5 QPE 15

QPP 6 QPE 16

QPP 7 QPE 17

QPP 8 QPE 18

QPP 9 QPE 19

QPP 10 QPE 20

QPP 11 QPE 21

QPE 22

Aux. Desenvolvimento Infantil Professor de Desenvolvimento Infantil

QPP 1 QPE 11

QPP 2

QPP 3

QPP 4

QPE 12

QPE 13

QPE 14

QPE 15

QPE 16

QPE 17

QPE 18

Anexo III a que se refere o artigo 11 da Lei nº

Professor de Desenvolvimento Infantil

Jornada de 30 horas semanais / JB 30

Ref. / graus A B C D E

QPE 11

QPE 12

QPE 13

QPE 14

QPE 15

QPE 16

QPE 17

QPE 18

QPE 19

QPE 20

QPE 21 907,00

965,98

1.028,76
1.095,72
1.166,88
1.242,70
1.323,44
1.409,50
1.501,12
1.598,80
1.702,62 965,98
1.028,76
1.095,72
1.166,88
1.242,70
1.323,44
1.409,50
1.501,12
1.598,80
1.702,62
1.813,34 1.028,76
1.095,72
1.166,88
1.242,70
1.323,44
1.409,50
1.501,12
1.598,80
1.702,62
1.813,34
1.931,26 1.095,72
1.166,88
1.242,70
1.323,44
1.409,50
1.501,12
1.598,80
1.702,62
1.813,34
1.931,26
2.056,82 1.166,88
1.242,70
1.323,44
1.409,50
1.501,12
1.598,80
1.702,62
1.813,34
1.931,26
2.056,82
2.190,40

Anexo IV a que se refere o artigo 15 da Lei
Evolução Funcional - Professor de Desenvolvimento Infantil
Habilitação Categoria Referência Critérios Mínimos
tempo títulos
Nível Médio
Categoria 1 1 QPE 11
QPE 12
QPE 13
QPE 14
QPE 15
QPE 16
QPE 17

QPE 18 0

2

5

8

12

16

20

22 Na forma a ser estabelecida em Decreto

Licenciatura de Curta Duração 2 QPE 13

QPE 14

QPE 15

QPE 16

QPE 17

QPE 18

QPE 19

QPE 20 0

2

5

8

12

16

20

22

Licenciatura de Graduação Plena 3 QPE 14

QPE 15

QPE 16

QPE 17

QPE 18

QPE 19

QPE 20

QPE 21 0

2

5

8

12

16

20

22

[D1]Acréscimo "de provas ou"

[D2]CONTEMPLA A SITUAÇÃO DOS QUE INGRESSARAM APÓS A PASSAGEM DOS CEIS PARA A SME

[D3]PREVISÃO DA FORMAÇÃO

[D4]CORREÇÃO DO ARTIGO. A TRANSFORMAÇÃO ESTÁ PREVISTA NO ARTIGO 7º E NÃO 6º.

[D5]IDEM AO ANTERIOR.

[D6]ALTERADO O PRAZO.

[D7]Acréscimo " de provas ou "